

CAPÍTULO 3

TEORIAS DO JORNALISMO E CIBERATIVISMO: POR UMA DECOLONIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Data de submissão: 21/02/2025

Data de aceite: 05/03/2025

Aline da Silva Novaes

Jornalista e bacharel em Letras, mestre em Comunicação Social e doutora em Literatura, Cultura e Contemporaneidade.

Realizou pesquisa de Pós-Doutorado com apoio do CNPq durante dois anos. Professora do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Integrante do grupo de pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais - PUC-Rio. É autora do livro João do Rio e seus cinematographos: o hibridismo da crônica na narrativa da belle époque carioca (Mauad X/Faperj, 2015), finalista do Prêmio Rio de Literatura, e coorganizadora de Rio Circular: a cidade em pauta (Autografia, 2016) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Daniel Rangel Rodrigues

Jornalista graduado pelo Ibmecc-RJ com aprofundamento em Comunicação Digital, mídias alternativas e ciberativismo. Foi bolsista de iniciação científica do CNPq. Com trajetória profissional desde 2018 na área de Marketing Digital, é social media e produtor de conteúdo para redes sociais do veículo jornalístico Intercept Brasil.

Atualmente, é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO: Este trabalho investiga como os meios de comunicação tradicionais abordam a comunidade negra em notícias, bem como a mudança dessa abordagem devido ao ciberativismo. Nesse sentido, ressaltamos como a internet permitiu que pessoas negras, antes marginalizadas, se organizassem em grupos de pressão, buscando representação mais autêntica nos meios de comunicação tradicionais. Exploraremos, portanto, como esses sujeitos estão construindo espaços de informação com a internet e propomos novos critérios de noticiabilidade com uma perspectiva afrocentrada.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; representatividade; critérios de noticiabilidade.

ABRAM OS CAMINHOS

Este estudo tem como proposta discutir a influência das redes sociais na mídia tradicional na busca por representatividade e, em consequência, avançar em possíveis revisões acerca dos critérios de noticiabilidade. Observa-se que o movimento de ciberativistas é um dos responsáveis por reformular a maneira como diversas pautas são comunicadas.

Nesse sentido, as redes sociais servem como uma forma de reparação histórica para vozes invisibilizadas, permitindo que suas ideias sejam manifestadas e rompem com o silenciamento estabelecido. No entanto, a problemática reside na forma como a mídia tradicional lida com essas novas demandas, transformando notícia em mercadoria para atender os interesses do público em detrimento do interesse público.

Cabe, então, questionar como e quais critérios de noticiabilidade estão sendo utilizados no processo de formulação das pautas, bem como observar esse processo para evidenciar o poder de influência que as redes sociais exercem sobre a grande mídia. A partir daí, reforçar que se torna urgente romper com a perspectiva eurocêntrica e descolonizar reflexões teóricas do campo do jornalismo. Isso envolve recentralizar os indivíduos não brancos e reestruturar suas identidades que foram apagadas. A afrocentricidade não se restringe às pessoas pretas, pelo contrário, também exige que pessoas brancas descentralizem suas atitudes como parte de sua responsabilidade histórica de reparação. Não se trata de anular visões europeias, mas sim ampliar as possibilidades de vivências multiculturais que foram silenciadas.

Ao abordarmos a grande mídia, não podemos ignorar o controle e o poder exercidos por ela. É possível identificar que o jornalismo tradicional muitas vezes adota uma postura de necropolítica, ou seja, uma política de morte direcionada a pessoas pretas, em que a cobertura das notícias é influenciada pela cor da pele das pessoas envolvidas. Um exemplo disso é a prática frequente de alguns veículos de comunicação tradicionais, que retratam corpos negros como traficantes, enquanto corpos brancos são descritos como jovens que vendem drogas. Essa diferenciação no tratamento das notícias é notória quando casos semelhantes envolvendo pessoas pretas recebem adjetivos como “marginais” e “bandidos”. Por outro lado, quando se trata de pessoas brancas em atividades criminosas, são destacados outros aspectos, como ocorreu nos casos de Rosilene Neri, de 19 anos, traficante, que foi identificada como “boneca do crime” nas manchetes, ou da blogueira Lorraine, também traficante, chamada de “gatinha da cracolândia”. Essa diferenciação no tratamento das notícias reforça e perpetua estereótipos que desvalorizam e desumanizam vidas das pessoas pretas, enquanto as pessoas brancas continuam desfrutando de seus privilégios. Para Achille Mbembe, o tal controle da mídia sobre os conteúdos, “pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros” (Mbembe, 2018, p. 17). Essa observação é relevante para compreender a dinâmica por trás da cobertura seletiva e suas implicações.

Nesse sentido, explorar a intersecção entre as redes sociais e a mídia tradicional, especialmente em relação à representação e narrativa de comunidades específicas, é fundamental para uma compreensão mais abrangente da dinâmica midiática contemporânea e de seus impactos na sociedade.

PELE ALVA E PELE ALVO

O surgimento da internet desencadeou uma revolução na comunicação. Enquanto a sociedade se tornou mais individualizada devido ao uso crescente de dispositivos tecnológicos, a rede permitiu a conexão entre pessoas além de limitações de espaço e tempo. Isso resultou na construção coletiva de identidades, reflexões e soluções sociais.

A união desses grupos por meio da interatividade em massa exerce pressão sobre os meios de comunicação tradicionais para que vozes, antes marginalizadas, sejam finalmente ouvidas, expressando suas perspectivas. Tornou-se relevante destacar o contexto que afeta muitos usuários da internet, reconhecendo que, como coletivo, eles contribuem para reestruturar a sociedade, questionando e remodelando o cenário de colonialidade estabelecido. Isso implica questionar comportamentos racistas enraizados nas estruturas do país, que se refletem nas mídias convencionais, frequentemente associando agressivamente pessoas negras à criminalidade e à violência.

Para superar a visão eurocêntrica dominante, que impõe uma uniformização cultural, é essencial descolonizar o pensamento e adotar uma perspectiva afrocentrada. Isso envolve centralizar as experiências das pessoas não brancas e redefinir suas identidades, que muitas vezes foram negligenciadas. Se engana quem acredita que a afrocentricidade é uma abordagem exclusiva para indivíduos negros; pelo contrário, é crucial que as pessoas brancas compreendam a importância de descentralizar suas atitudes como parte de sua responsabilidade histórica de reparação.

O objetivo não é anular as perspectivas europeias, mas sim ampliar as possibilidades de vivências multiculturais que foram historicamente obscurecidas. Devemos examinar as estruturas sociais estabelecidas, questionar suas premissas e reconhecer a necessidade de encontrar soluções para libertar a sociedade dessa realidade. Nesse contexto, como revela Rabaka, a afrocentricidade desempenha uma função fundamental:

A afrocentricidade permite que os africanos deslocados - removidos ou desenraizados de seu território cultural e afastados da teoria e das tradições africanas - se *relocalizem*, ou seja, retomem a humanidade, a história e a herança que lhes foram negadas, reapropriando-se delas. (RABAKA, 2019, p. 134)

A busca por representatividade negra requer a participação ativa de corpos negros na criação desses conteúdos. No entanto, dados do Dieese de revelam que apenas 22% dos jornalistas em cargos formais são pretos, contrastando com a composição da população. Afinal, mais de 55% se autodeclararam preta ou parda (IBGE, 2018). Essa desigualdade reflete um sistema profundamente impactado pelo racismo. Para o professor Otair Fernandes, doutor em Ciências Sociais e coordenador do Laboratório de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, não houve nenhum projeto de inserção do povo preto na sociedade brasileira: “Mesmo depois de libertos, os negros ficaram à própria sorte. Então, o Brasil vai se estruturar sobre aquilo que chamamos de racismo institucional”. (FERNANDES, 2018)

Com o advento da internet, o ciberespaço proporcionou uma plataforma para expressar informações, conhecimentos e experiências individuais e coletivas. A comunidade negra no Brasil, como em outros espaços, precisa avaliar como ocupar esses espaços, incluindo as redes sociais, para reunir forças na busca por representatividade. Essa mobilização se torna crucial para reivindicar espaços anteriormente desconsiderados a esses grupos.

Mesmo diante de um suposto “politicamente correto” na mídia hegemônica, a representatividade negra muitas vezes é superficial. A presença de indivíduos negros em veículos tradicionais, frequentemente, está relacionada a pautas marginalizadas. A relevância dessas pessoas ocupando os meios tradicionais está na expressão das vivências das pessoas pretas, alinhando-se com o conceito africano de *Ubuntu*. “No *Ubuntu*, temos a existência definida pela existência de outras existências. Eu, nós, existimos porque você e os outros existem; tem um sentido colaborativo da existência humana coletiva.” (CUNHA JUNIOR, 2010, p.81).

A internet surge como um dos meios mais democráticos e acessíveis para a busca por representatividade. Os próprios usuários podem produzir conteúdos relevantes, enriquecendo a comunidade além do ativismo. Essa militância é evidente em corpos negros que, ao compartilhar conhecimento, empoderam outros. O senso de coletividade é um pilar fundamental na sociedade africana, permeando sua espiritualidade e influenciando diretamente seus comportamentos.

A mídia tradicional frequentemente simplifica a diversidade das pessoas negras, perpetuando estereótipos. Embora compartilhem uma base cultural, as identidades africanas são vastas e diversificadas. A diáspora negra não se restringe a uma única experiência; é uma intersecção de culturas e valores únicos. Estes, por sua vez, contrastam acentuadamente com os princípios ocidentais e europeus, que muitas vezes se limitam tanto a ponto de não conseguirem apreender a profundidade da nossa riqueza cultural multifacetada. Para a filósofa Sueli Carneiro, “uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade”. (CARNEIRO, 2011, p. 65).

Quando abordamos o conceito de “lugar de fala”, não estamos apenas ressaltando a importância de indivíduos negros contarem suas próprias histórias, mas também nos referindo à posição social de quem fala e ao contexto no qual essa fala se insere. Na cultura das diásporas africanas, a oralidade é um pilar fundamental. Mesmo com a escrita, a palavra falada mantém sua relevância social. A riqueza do discurso oral se manifesta em diversas formas artísticas, como teatro, música, dança, expressão corporal, além de ter uma dimensão espiritual no contexto afrobrasileiro.

Quando observamos os valores civilizatórios africanos, destacam-se pelo menos quatro: 1) Corporeidade, 2) Coletividade, 3) Axé e 4) Oralidade. No contexto cibernético, a corporeidade se relaciona à presença virtual do corpo, que por muitas vezes é suficiente para contar histórias individuais. A coletividade, por sua vez, permeia o desenvolvimento de conteúdo para o ciberespaço, conectando histórias individuais a uma rede de ancestrais e semelhantes, criando uma voz compartilhada. O conceito de axé, que representa a energia vital, também se aplica aqui. Quanto à oralidade, além de transmitir mensagens de forma eficaz, ela também personifica o discurso, revelando quem o incorpora. Para Fanon, “falar é absolutamente existir para o outro” (FANON, 2008, p.29). Embora sejam valores distintos, na prática, eles se entrelaçam, formando uma comunicação coesa.

A amplitude da internet permite que vozes se encontrem, sem a necessidade de uma hierarquia de liderança, como frequentemente observado na cultura eurocêntrica ocidental. Essa horizontalidade possibilita a mobilização em lutas políticas e sociais pelos direitos humanos. Como exemplo, vale recordar o caso de Pedro Gonzaga, assassinado em 2019, e de João Alberto Silveira Freitas, espancado até a morte em 2020, que geraram impacto nas redes sociais e manifestações. Esses acontecimentos evidenciam a realidade, como o caso de João Alberto, que teve grande repercussão às vésperas do Dia da Consciência Negra.

É urgente explorar o impacto da grande mídia, um elemento inseparável de sua influência e controle sobre a sociedade. Um exemplo flagrante é a prática recorrente dos meios de comunicação que, ao abordar pessoas brancas envolvidas em atividades criminosas, utilizam adjetivos que enfatizam suas características individuais, conferindo-lhes humanidade. No caso de Rosilene Neri, o apelido usado foi “boneca do crime”. A blogueira Lorraine foi rotulada de “gatinha da cracolândia”. Ao mesmo tempo, matérias envolvendo pessoas negras são frequentemente tingidas de adjetivos como “marginais” ou “bandidos”.

Essa discrepância na forma como as notícias são moldadas para diferentes grupos é reveladora e amplifica estereótipos prejudiciais. Isso contribui para a desvalorização e a banalização das mortes de pessoas negras, enquanto pessoas brancas continuam a ocupar uma posição privilegiada no cenário midiático. A maneira como a mídia tradicional aborda esse assunto ressalta a urgência de enfrentar os preconceitos e estereótipos profundamente enraizados. Isso nos leva a questionar como as narrativas são forjadas e como a cor da pele das pessoas afeta a percepção pública e a cobertura jornalística. A divergência na representação midiática reitera a necessidade de uma mídia mais representativa, capaz de retratar de maneira justa a diversidade da sociedade. Consideramos, portanto, fundamental promover uma mudança que permita que mais vozes sejam ouvidas e, conseqüentemente, mais experiências sejam reconhecidas com igual relevância.



Operação no Jacarezinho deixa 25 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos

A polícia diz que 24 mortos são suspeitos, mas não deu detalhes sobre quem eles são e o que faziam ao serem baleados. A 25ª vítima é o policial civil André Frias, atingido na cabeça.

Por Diego Haldor, Elza Gimenez, Filipe Fernandes, Guilherme Peixoto e Henrique Coelho, TV Globo e G1 Rio

05/05/2021 10h45 - Atualizado há 3 meses



Na visão proposta foucaultiana, o biopoder tem como objetivo dividir as pessoas em categorias: as que devem viver e as que devem morrer. Esse mecanismo orienta a mentalidade social, levando à desumanização do corpo negro e à normalização de sua extinção. Dentro desse contexto, Gonzales ressalta:

importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam. (GONZALES, 2020)

A coletividade também se manifesta no processo de denúncia desses crimes, uma tentativa de expor a dura realidade enfrentada pelas pessoas negras no Brasil. Nesse momento, a comunidade se une por meio do ciberativismo, pressionando a mídia dominante, que ainda possui uma influência significativa para disseminar pautas antirracistas.

PRA FICAR MAIS CLARO, EU ESCURECI

Ao propor uma revisão e atualização dos valores-notícia, o professor e pesquisador Ivan Satuf apresenta três novos critérios de noticiabilidade como possibilidades para a produção de matérias jornalísticas. O primeiro é o valor-notícia chamado de *Hashtag*, que se baseia no uso das hashtags como forma de destacar um tema nas redes sociais. As plataformas como Twitter, Facebook e Instagram utilizam esse sistema, permitindo aos jornalistas rastrear e entender a relevância de um assunto com base nos conteúdos agrupados. Exemplos disso foram as hashtags #ParemDeNosMatar e #ACarneMaisBarataDoMercado após o assassinato de Pedro Henrique Gonzaga no supermercado *Extra*, no Rio de Janeiro.

Outro critério apresentado por Ivan Satuf é o valor-notícia “redundância”, que destaca a importância da verificação dos fatos em um contexto em que qualquer pessoa pode produzir e publicar conteúdos. Satuf ressalta a necessidade de analisar materiais de diferentes usuários das redes sociais para confirmar a veracidade de um evento a partir de diversos ângulos. O pesquisador afirma que eventos com múltiplos registros têm maior possibilidade de virar notícia, pois a redundância aumenta a credibilidade das informações compartilhadas. No caso mencionado anteriormente, vídeos de várias perspectivas, feitos por testemunhas presentes no local, foram atribuídos juntos às hashtags.

Por fim, Satuf propõe o valor-notícia “participação” ou “colaboração”. Nesse sentido, destaca a cultura de compartilhamento nas redes sociais, que muitas vezes exige que jornalistas incorporem conteúdos produzidos por pessoas não ligadas às áreas jornalísticas em suas matérias.

Esses novos critérios de noticiabilidade apresentados por Ivan Satuf refletem a importância das redes sociais na seleção e produção de conteúdos jornalísticos atualmente. Antes das mídias digitais surgirem como forma de denúncia, muitas vezes fatos passavam despercebidos pela mídia tradicional. Os grupos de pressão que se formam na internet têm papel fundamental, uma vez que reivindicam cada dia mais que a mídia tradicional noticie esses crimes. Se é papel dos profissionais de imprensa selecionar o que é notícia, cabe, mais uma vez, o debate sobre esses critérios. Em “Para pensar critérios de noticiabilidade”, Gislene Silva traz a sua visão de como configura noticiabilidade:

todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo de produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, G., 2014, p. 52)

Leonel Aguiar também conceitua o termo. Para o autor, “se a noticiabilidade é um conjunto de critérios e operações que controla a quantidade e qualidade dos acontecimentos, com a finalidade de selecionar os que serão produzidos como informação jornalística, a sua aplicação está baseada nos valores-notícia” (AGUIAR, 2014, p. 227).

A partir dessas reflexões, nosso trabalho avança ao propor a formulação de novos critérios a partir de uma perspectiva afrocentrada, com o objetivo de produção de notícias comprometidas com o debate antirracista. São eles: Contexto, Empatia e Partilha (CEP)¹, aos quais nos dedicaremos a seguir.

No critério contexto, destacamos a importância de analisar, como a própria palavra indica, o contexto da notícia para compreender quem é afetado e por que o público precisa ter conhecimento sobre ela. Um exemplo é o caso do Will Smith, que deu um tapa em Chris Rock no Oscar 2022. Reduzir o fato à agressão de Will Smith ignora a exposição sofrida por Jada Smith, uma mulher negra. A agressão disfarçada como humor é normalizada e perpetuada na sociedade.

O critério de noticiabilidade “empatia” sugere uma análise da notícia do ponto de vista de cada pessoa envolvida. No caso em questão, Chris Rock fez uma piada ofensiva aproveitando-se de um contexto racista, enquanto Will Smith defendeu sua esposa de forma impulsiva. O critério propõe tratar a notícia considerando a posição de cada indivíduo e como eles serão representados, evitando prejudicá-los. Entende-se que notícia não é realidade e sim um recorte dela. Com isso, cabe ao jornalista recortar a informação de forma que não agrida ninguém relacionado à notícia e exponha o acontecimento plenamente. Nessa linha, Abdias Nascimento considera “a transformação das relações de produção, e da sociedade de modo geral, por meios não violentos e democráticos; uma via possível.” (Nascimento, 2019, p. 307)

O critério de noticiabilidade “partilha” busca entender o jornalismo como um veículo fundamental e responsável em disseminar e fortalecer pessoas pretas que estão em ascensão, incluindo novos produtores de conteúdo, microempreendedores e artistas. Isso possibilita que essas vozes alcancem um público além das redes sociais. As mídias, tradicionais ou não, devem reconhecer seus privilégios e compartilhar as autênticas produções das pessoas pretas, proporcionando novas perspectivas ao público.

Vale pontuar que os novos critérios de noticiabilidade são importantes não apenas para jornalistas pretos, mas para tratar as notícias sobre pessoas pretas de forma adequada. Os jornalistas brancos devem compreender sua posição e romper com os valores eurocêntricos que limitam suas perspectivas.

1. Curiosamente, CEP é a mesma sigla que utilizamos para o Código de Endereçamento Postal, criado pela Empresa Brasileira de Correios em 1971, com o objetivo de facilitar a separação e entrega de correspondências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que as reflexões aqui apresentadas contribuem para as teorias do jornalismo, uma vez que incorpora, em sua proposta, a relação entre ciberativismo, critérios de noticiabilidade e luta antirracista. Sendo assim, compreendeu-se que a imprensa tradicional, historicamente, reforça estereótipos e constrói um imaginário coletivo a respeito de corpos pretos, os limitando a algumas possibilidades de representação. Como salientado, a internet surge como ferramenta fundamental para pessoas pretas construírem um espaço de ampliação das vozes antes silenciadas, formando grupos de pressão que demandam por um exercício do jornalismo comprometido com as lutas identitárias. Reconhecendo que, muitas vezes, os critérios adotados pela mídia tradicional não abrangem as realidades e necessidades de diversos grupos sociais, emerge a necessidade de os profissionais do jornalismo questionarem seus métodos.

É importante ressaltar que a emergência de uma abordagem mais atenciosa em relação às pessoas pretas tem impulsionado o surgimento de veículos noticiosos. Alguns exemplos de mídias que atendem a essa demanda incluem “Escurecendo os Fatos”, “Alma Preta Jornalismo”, “Seremos Resistência” e o site “Mundo Negro”. Ao ter o entendimento de que, muitas vezes, os critérios utilizados pelas mídias tradicionais não dão conta das realidades e necessidades dos diferentes grupos sociais, cabe ao profissional do jornalismo um questionamento. Nesse sentido, o trabalho propõe os novos critérios de noticiabilidade CEP, em uma perspectiva afrocentrada e antirracista - contexto, empatia e partilha -, que trazem em si um olhar atento aos sujeitos que estão sendo retratados nas notícias. Esses critérios incorporam um olhar sensível para os sujeitos retratados nas notícias. Independentemente de sua origem étnica, os jornalistas precisam transcender suas próprias perspectivas e preconceitos, a fim de cumprir o papel de promover um jornalismo menos enviesado. Assim, o foco passa a ser não apenas o objeto da notícia, mas também o contexto em que ele se insere e a responsabilidade do veículo de comunicação ao disseminar tal informação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **Critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo**. In.: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. (Orgs). **Critérios de noticiabilidade - problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CUNHA JUNIOR, Henrique. NTU. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 108, p. 81-92, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Bahia: Edufba, 2008.

FERNANDES, Otair. **Somos todos iguais?** IBGE mostra as cores da desigualdade. Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 15 mai. 2018. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2018/05/15/somos-todos-iguais-ibge-mostra-as-cores-dadesigualdade/> Acesso em 12 jun. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Perspectiva, 2019.

OLIVEIRA, Eduardo. Cosmovisão Africana no Brasil. Elementos para uma filosofia afrodescendente. In CUNHA JUNIOR, Henrique. NTU, **Revista Espaço Acadêmico**, n 108, p. 81-92, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. “Escrivência” em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(2) p. 344, mai-ago. 2009.

SATUF, Ivan. A Rua Manda notícias: Dispositivos móveis e manifestações sociais na atualização dos critérios de noticiabilidade. **Liinc em Revista** v.10, n.1, p. 317-329, 27 mai. 2014. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3522> Acesso em 12 jun. 2022.

SILVA Gislaine, SILVA; Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. **Critérios de noticiabilidade**: Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

RABAKA, Reiland. **Teoria crítica africana**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (org.) **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, p.129-147, 2009.